

DE ACORDO  
COM O  
CPC/2015

TERESA ARRUDA ALVIM  
EDUARDO TALAMINI  
**COORDENADORES**

ARRUDA ALVIM  
**ORIENTADOR CIENTÍFICO**

# A LEALDADE PROCESSUAL NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:



## JUIZ LEAL

**MÁRCIO CARVALHO FÁRIA**

*Apresentação*  
**FREDIE DIDIER JR.**

*Prefácio*  
**LEONARDO GRECO**

Coleção  
**Liebman**

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora Responsável*

**MARISA HARMS**

*Diretora de Operações de Conteúdo*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Editorial*

Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**IVÊ A. M. LOUREIRO GOMES e LUCIANA VAZ CAMEIRA**

*Líder Técnica de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Aline Marchesi da Silva, André Furtado de Oliveira, Bryan Macedo Ferreira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaela Araujo Akiyama

*Analistas Editoriais:* Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecinco e Maria Cecília Andreo

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier Silva, Claudia Helena Carvalho e Marcelo Ventura

*Estagiários:* Angélica Andrade, Guilherme Monteiro dos Santos, Larissa Gonçalves de Moura, Miriam da Costa e Sthefany Moreira Barros

*Capa:* BE/ON Comunicação

*Adaptação da Capa:* Brenno Stoglagli Teixeira

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Rafael Ribeiro

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**CAIO HENRIQUE ANDRADE**

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Faria, Márcio Carvalho

A lealdade processual na prestação jurisdicional : em busca de um modelo de juiz leal / Márcio Carvalho Faria. -- 1. ed. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017.

**Bibliografia**

ISBN: 978-85-203-7369-9

1. Direito constitucional 2. Direito processual 3. Direito processual - Brasil 4. Juízes - Brasil 5. Lealdade I. Título.

17-07413

CDU-347.962.1(81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Juízes : Modelo : Direito processual 347.962.1(81)

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	13
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	17
APRESENTAÇÃO.....	19
PREFÁCIO.....	21
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	23
INTRODUÇÃO.....	31

### PARTE I

#### AS PREMISSAS TEÓRICAS DO ESTUDO DO TEMA

<b>1. O MODELO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO: A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL.....</b>	<b>37</b>
1.1. Breve histórico.....	37
1.2. Garantismo processual, ativismo processual e os modelos processuais.....	59
1.2.1. Apresentação do debate.....	59
1.2.2. A lealdade processual no centro da celeuma.....	64
1.2.3. A necessária superação da dicotomia estanque entre os modelos processuais clássicos e a busca de um <i>tertium genus</i> : o processo cooperativo.....	73
1.3. O processo justo e as garantias constitucionais: o devido processo constitucional.....	83
1.3.1. Devido processo legal: histórico e noções básicas.....	83
1.3.2. As garantias processuais constitucionais pelo mundo: breve bosquejo.....	88
1.3.3. O devido processo legal no Brasil.....	103
1.3.4. Processo justo e decisões justas.....	107
<b>2. A LEALDADE PROCESSUAL.....</b>	<b>113</b>
2.1. O fundamento constitucional da lealdade processual.....	113
2.2. A fundamentação metaprocessual da lealdade.....	119
2.3. Um esclarecimento sobre a opção pela “lealdade” em detrimento da consagrada “boa-fé objetiva” e algumas distinções necessárias.....	123

2.4.	O reconhecimento da lealdade no direito público e, mais especificamente, no direito processual: um estudo sobre a legislação estrangeira.....	127
2.5.	A fundamentação processual da lealdade .....	142
2.5.1.	A lealdade como princípio .....	142
2.5.2.	A lealdade como dever.....	144
2.5.2.1.	A necessária diferenciação entre ônus, obrigações e deveres e a consagração de um dever de lealdade .....	144
2.5.2.2.	É possível se falar em um dever processual de lealdade para o juiz? .....	153
2.5.3.	As consequências do reconhecimento da lealdade no processo.....	163
2.5.3.1.	A função hermenêutica ou interpretativa.....	164
2.5.3.2.	As funções criadora/supletiva e limitadora/corretiva.....	167

## PARTE II

### A LEALDADE PROCESSUAL E UM NOVO MODELO DE JUIZ

3.	AS TRADICIONAIS GARANTIAS RELACIONADAS À JURISDIÇÃO (JUIZ NATURAL, LEGALIDADE, IGUALDADE, IMPARCIALIDADE) E A LEALDADE PROCESSUAL: PRELÚDIO DE UM NOVO MODELO DE JUIZ .....	191
4.	OS ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À CONFIGURAÇÃO DE UM JUIZ LEAL .....	205
4.1.	O contraditório participativo .....	205
4.1.1.	Noções gerais .....	205
4.1.2.	Especificamente: o contraditório das matérias de ordem pública e a impossibilidade de decisões-surpresa .....	210
4.1.3.	Notadamente: o contraditório participativo em todas as fases probatórias .....	219
4.2.	A cooperação processual .....	228
4.2.1.	A cooperação intersubjetiva e o processo civil cooperativo: generalidades .....	228
4.2.2.	Os deveres essenciais do juiz cooperador .....	233
4.2.2.1.	Dever de esclarecimento .....	234
4.2.2.2.	Dever de prevenção (ou de advertência) .....	238
4.2.2.3.	Dever de consulta .....	244
4.2.2.4.	Dever de auxílio (ou de assistência) .....	247
4.2.3.	Descumprimento dos deveres da cooperação.....	250
4.3.	A gestão profissional, a gestão processual, a morosidade e a lealdade .....	251
4.3.1.	Considerações iniciais .....	251

4.3.1.1. A indispensável gestão profissional do Poder Judiciário ( <i>court management</i> ) .....	254
4.3.1.2. O dever de gestão processual .....	261
4.3.1.3. A má gestão e a duração desmedida dos processos .....	267
4.3.2. A crise do tempo no processo: considerações iniciais, históricas e de direito comparado .....	268
4.3.3. A busca (ou a tentativa) de definição de critérios para se aferir a razoabilidade da duração dos processos .....	273
4.3.4. Especificamente: a duração razoável dos processos como resultado da observância da lealdade processual .....	279

### PARTE III

#### O ABUSO DE DIREITO PROCESSUAL E A ATIVIDADE JURISDICIONAL

<b>5. GENERALIDADES E DEFINIÇÕES: FIXAÇÃO DE CONTORNOS PARA UMA TEORIA DO ABUSO DE DIREITO PROCESSUAL</b> .....	285
5.1. É possível se falar em abuso de direito processual? .....	285
5.2. As teorias do abuso de direito .....	291
5.3. O juiz como sujeito ativo do abuso processual .....	299
5.3.1. As lacunas doutrinárias e a fixação de conceitos .....	299
5.3.2. Especificamente: o juiz como agente causador de abuso de direito processual e a finalidade da atuação jurisdicional .....	310
<b>6. ABUSOS JURISDICIONAIS E SANÇÕES PROCESSUAIS</b> .....	313
6.1. O fetiche da celeridade, a efetividade perniciosa, a ofensa à cooperação e o abuso judicial: a prestação jurisdicional desleal .....	313
6.1.1. A síndrome dos modelos preconcebidos (ou o “princípio do recorta e cola”) .....	322
6.1.2. A falta de real interesse na demanda: o descumprimento do dever de engajamento e a ofensa ao processo cooperativo .....	330
6.1.2.1. O desperdício abusivo de atividade jurisdicional .....	332
6.1.2.2. O desprestígio abusivo para com as audiências judiciais ....	334
6.1.2.3. A tolerância abusiva com as atuações desleais dos sujeitos processuais parciais .....	340
6.1.3. O abusivo trato dos formalismos processuais .....	355
6.1.3.1. Os contornos as formalidades-valorativas: a criatividade processual .....	357
6.1.3.2. O apego ao formalismo-excessivo: a jurisprudência defensiva .....	366

6.2.	As sanções processuais decorrentes do abuso jurisdicional .....	375
6.2.1.	Considerações iniciais, delimitações importantes e ratificações necessárias .....	375
6.2.2.	Tipologia das sanções processuais pertinentes aos juízes .....	376
6.2.2.1.	Responsabilidade civil .....	376
6.2.2.2.	Condenação em custas processuais .....	382
6.2.2.3.	Preclusões, <i>venire contra factum proprium</i> , <i>suppressio</i> , <i>urrectio</i> e <i>tu quoque</i> : uma sugestão de <i>lege lata</i> .....	383
6.2.2.4.	Os defeitos dos atos processuais e os <i>errores in procedendo</i> ....	397
6.3.	A criação de cadastros públicos de violações procedimentais e o controle democrático dos juízes desleais: uma sugestão de <i>lege ferenda</i> .....	403
CONCLUSÃO .....		411
REFERÊNCIAS .....		415